TERMO DE REFERÊNCIA

ÁREA REQUISITANTE:
DIRETORIA DE MEDICINA

1. OBJETO:
Fundamento: Art. 6º. XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; [...] Art. 40. § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações: I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

1.1. DO OBJETO

Aquisição de materiais, conforme quantidades e especificações contidas nos quadros que compõem este termo, para uso dos alunos do curso de Graduação em Medicina que realizam estágio obrigatório em regime de internato na UPA Vila Maria, com base no Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), firmado entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul e a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, constante no GR nº 170/2021, conforme estabelecido pela Lei 14.133/21, que dispõe sobre o regime jurídico das licitações e contratos administrativos.

1.2. DO QUADRO DEMONSTRATIVO E QUANTIDADES DE ITENS:

Item	Especificação	Unid	Qtde
1	**Material:** Roupeiro de Aço – 9 portas com pitão para cadeado **Especificação:** Roupeiro de aço confeccionado em aço carbono laminado a frio, com 09 (nove) portas individuais, distribuídas em 03 (três) módulos verticais, com compartimentos independentes para armazenamento de pertences pessoais. Estrutura com dimensões aproximadas de 1.980 mm de altura, 930 mm de largura e 400 mm de profundidade, admitida variação dimensional de até 5%, desde que preservada a capacidade e a configuração do equipamento. Corpo e portas confeccionados em chapa de aço com espessura mínima de 0,45 mm (chapa nº 26), ou espessura superior. Cada porta deverá possuir sistema de ventilação por venezianas, permitindo a circulação de ar no interior dos compartimentos, e reforço estrutural interno, garantindo maior resistência ao uso contínuo. As portas deverão possuir dobradiças metálicas resistentes, encaixe adequado e abertura e fechamento sem interferências ou travamentos. O sistema de fechamento deverá ser composto por pitão metálico para utilização de cadeado individual em cada porta, permitindo o fechamento e a segurança independente dos 09 (nove) compartimentos. O pitão deverá apresentar resistência mecânica compatível com o uso previsto e estar firmemente fixado à porta e à estrutura do armário. Cada compartimento deverá possuir gancho interno para cabide, em quantidade mínima de 01 (um) por porta, confeccionado em material resistente e devidamente fixado à estrutura. O roupeiro deverá possuir pés ou sapatas de apoio, preferencialmente reguláveis, com altura suficiente para manter o corpo do armário afastado do piso e facilitar a limpeza do ambiente. A estrutura deverá apresentar estabilidade quando instalada em superfície plana. O aço deverá receber tratamento anticorrosivo, mediante processo de preparação adequado da superfície, seguido de pintura eletrostática a pó, com acabamento uniforme, resistente à abrasão, à limpeza e ao uso cotidiano. A superfície deverá ser lisa, sem rebarbas, arestas cortantes, pontos de oxidação ou falhas de pintura. Cor: cinza-claro ou cinza-padrão, com acabamento uniforme em toda a estrutura e portas. Capacidade: cada compartimento deverá suportar, no mínimo, 15 kg de carga distribuída, sem deformação permanente das portas, prateleiras ou estrutura. Esse parâmetro é compatível com modelos comerciais de configuração semelhante. Dimensões mínimas recomendadas: Altura: 1.900 mm; Largura: 900 mm; Profundidade: 400 mm; 09 portas individuais; 01 compartimento independente por porta. O	UND	2

	equipamento deverá ser fornecido completo, montado e pronto para utilização, acompanhado de todos os componentes necessários ao seu funcionamento, inclusive pés ou sapatas, ganchos internos e dispositivos de fechamento.		

1.3. Do Caráter Sigiloso do Orçamento

Para garantia da competitividade e a transparência do processo licitatório, e em conformidade com o artigo 24 da Lei 14133/21, justifica-se a manutenção do orçamento em caráter sigiloso. Esta medida visa evitar a manipulação de propostas, assegurar igualdade de condições entre os licitantes e prevenir práticas fraudulentas. Além disso, o sigilo do orçamento permite uma melhor utilização dos recursos públicos, evitando superfaturamentos e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa. Assim, a administração pública assegura a integridade e a eficiência do processo de contratação, promovendo um ambiente de concorrência justa e ética.

1.4. Classificação dos Bens Comuns

O objeto desta contratação se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, por serem necessários e essenciais para suprir a demanda justificada do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, conforme definido pelo artigo 20 da Lei n.º 14.133/21, permitindo a definição objetiva de padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais do mercado.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamento: Art. 6º. XXIII, "b" - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

2.1. Da motivação

A aquisição dos materiais descritos é imperativa para a elevação da qualidade do ensino e do serviço de saúde pública, proporcionando aprimoramento do conhecimento prático e capacitação dos alunos com habilidades essenciais para sua formação profissional.

2.2. Dos objetivos a serem alcançados por meio da contratação

Cumprir o compromisso de oferecer uma formação de excelência e exercer um impacto positivo na saúde pública.

2.3. Dos benefícios resultantes da contratação

Promover substanciais melhorias na capacitação dos estudantes e na qualidade do atendimento oferecido à população, refletindo uma gestão eficiente e alinhada ao interesse público.

2.4. Da referência aos Estudos Preliminares

Este termo de referência foi elaborado considerando os Estudos Preliminares constantes do processo.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamento: Art. 6º. XXIII, "c" - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

3.1. A solução adotada consiste na **aquisição direta dos bens por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item.** Esta escolha visa atender, de forma eficiente e econômica, às necessidades de aquisição dos materiais como contrapartida pela utilização do campo de estágio para o curso de graduação em Medicina, com base no Acordo de Cooperação Técnico firmado entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS e a Prefeitura Municipal de Barueri

3.2. Regime de Execução.

a) Compra - aquisição remunerada de material para fornecimento único.
b) Prazo de execução do objeto: Considerando as características peculiares dos bens, estima-se os prazos específicos de entrega e montagem, que juntamente com demais requisitos do modelo de execução do objeto, serão dispostos neste Termo de Referência.
c) O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de menor preço por item, observando-se as especificações técnicas e demais condições definidas em edital.
d) Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e os critérios de qualificação econômico-financeira serão dispostos conforme a legislação e constarão no Edital.

4 – AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

A aquisição se dará em lotes?

( ) Sim (X) Não

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamento: Art. 6º. XXIII, "d" - requisitos da contratação;

5.1. Prazo de Entrega

a) Produtos de Origem Nacional terão prazo de entrega de até 50 (cinquenta) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente do envio da Autorização de Fornecimento emitida pela USCS.

b) Produtos de Origem Internacional, que dependam de trâmites de importação, terão prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente do envio da Autorização de Fornecimento emitida pela USCS.

5.2. Da Garantia dos Produtos

a) Os produtos terão garantia pelo fabricante, conforme mencionado na Proposta Comercial da Detentora, contados do recebimento dos produtos pelo fiscalizador do contrato.

b) Durante o período de garantia a Detentora deverá substituir os produtos que apresentarem problemas de fabricação ou que denotem não serem novos ou ter sinais de uso anterior.

c) A garantia não cobre os danos causados pelo não atendimento das especificações operacionais, negligência ou mau uso dos produtos.

d) A garantia é intransferível e só beneficia a própria USCS, como adquirente original dos produtos, não compreende a reposição de partes e peças perecíveis e sujeitas ao desgaste natural.

e) Estão previstos, nessa garantia, os produtos adquiridos, sendo que quando apresentarem problemas, deverão ser consertadas ou substituídas no prazo de 5(cinco) dias úteis, com as mesmas características, sem nenhum ônus para a USCS".

5.3. Local, horário e endereço.

Local para entrega:
Almoxarifado da USCS: Av. Goiás, 3.400 – Barcelona – São Caetano do Sul – SP – CEP: 09550-051 – Responsável: Sr. Almir Palacine – Horário: Das 09h às 12h e das 13h às 16h

5.3.1. Os produtos oriundos desta aquisição deverão ser entregues em perfeitas condições, sem custo adicional de frete.

5.3.2. Bens perecíveis

(x) Não

( ) Sim

5.3.3. A empresa contratada deverá realizar agendamento do dia e horário da entrega do objeto junto ao **FISCALIZADOR**, por meio do endereço eletrônico ou telefone constante da Autorização de fornecimento - AF.

5.3.4. Se o produto fornecido não atender aos padrões de qualidade estipulados neste Termo de Referência, será rejeitado e deverá ser prontamente substituído. Na eventualidade da não substituição, a empresa contratada estará sujeita às disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, datada de 11 de setembro de 1.990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

6 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO

A solução adotada consiste na aquisição direta dos bens por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento por **menor preço por item**, mediante.

7 – DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
7.1.2. Pessoa Jurídica:
7.1.2.1. Registro comercial, para empresa individual;
7.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
7.1.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada, quando couber, de prova do registro da ata da eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas);
7.1.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
*Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
7.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da Portaria MF 358/2014 – unificada com a Certidão de Regularidade de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), Estadual (Certidão de Débitos Tributários inscritos na Dívida Ativa) e Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor;
7.2.3. No caso de isenção ou de não incidência dos impostos devidos ao Estado e/ou Município, deverá, a contratada apresentar declaração assinada pelo representante legal, sob pena da lei;
7.2.4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da contratação;
7.2.5. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com prazo de validade em vigor na data da contratação;
7.2.6. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas. Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da contratação;
7.2.7. Para efeito da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, bem como do art. 22 da Lei Municipal nº 4.660/2008, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que está apresente alguma restrição;
Obs.: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da contratação;
7.3.2. Para fins da comprovação acima, entende-se por sede o principal estabelecimento da empresa (a matriz).

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

( ) Não
(x) Sim, a saber:

( ) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (escrever por extenso, se o caso), em plena validade;

(x) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços solicitados, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

(x) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador;

( ) Outras exigências de qualificação técnica _____.

Relativos à Qualificação Técnica:

- Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto do presente edital, estando de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis. A comprovação deverá ser feita por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, sendo que os quantitativos mínimos de prova de fornecimento similares obedecerão ao percentual 50% (cinquenta por cento). Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo pregoeiro.
- O(s) quantitativo(s), quando não mencionado(s) no(s) atestado(s), poderá(ão) ser comprovado(s) por quaisquer documentos, tais como: contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou outro(s) documento(s) equivalente(s).

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

Gestor:

Nome: Prof. Me. Ricardo Eugênio Mariani Burdelis
Cargo: Diretor de Área de Medicina
E-mail: ricardo.burdelis@online.uscs.edu.br; diretoria.medicina@online.uscs.edu.br

Fiscalizador:

Nome: Prof. Me. Ricardo Eugênio Mariani Burdelis
Cargo: Diretor de Área de Medicina
E-mail: ricardo.burdelis@online.uscs.edu.br; diretoria.medicina@online.uscs.edu.br

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado após a entrega, no prazo de **10** (dez) dias corridos contados do dia subsequente ao recebimento do Termo de Aceite e liberação do pagamento emitido pelo Fiscalizador, juntamente com a nota fiscal, boleto ou referente.

São Caetano do Sul, 24 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
RICARDO EUGENIO MARIANI BURDELIS
Data: 25/09/2026 13:07:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Ricardo Burdelis
Diretor de Área de Medicina